

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2006
(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional, acerca da liberação de recursos no importe de R\$ 855 mil para a Gleba Santa Terezinha, no Município de Itaporã (MS).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Integração Nacional, as seguintes informações:

1 – No que consiste o projeto de investimento para a liberação dos R\$ 855 mil de Orçamentos anteriores, à Gleba Santa Terezinha?

2 – Em que áreas os recursos serão aproveitados?

3 – Os órgãos responsáveis pela elaboração do projeto?

4 – O andamento e previsão para a liberação desses recursos?

5 – De Quem é a Gestão do Projeto? Quais os executores e em que fase se encontram as obras de irrigação?

6 – Qual a previsão de tempo para se alcançar a auto-suficiência?

JUSTIFICAÇÃO

Em 1997, o Governo Federal em uma parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, idealizou um projeto audacioso de irrigação de 2.611 hectares no Distrito de Santa Terezinha, localizado no município de Itaporã, com o objetivo de torná-lo um forte pólo produtor de frutas, legumes e verduras.

O convênio inicial (MMA/SRH/040/97) liberou o valor de R\$ 15.798.047,98 (SIAFI nº 330414) para o início da implantação do projeto. Posteriormente foram firmados outros convênios entre este Ministério e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo eles 076/99 – MI no valor de R\$ 10.823.276,00 e 294/2001-MI no valor de R\$ 330.000,00.

Até os dias atuais, segundo dados oficiais, esse audacioso projeto de irrigação consumiu dos cofres públicos exatos R\$ 26.951.323,98.

Atualmente o projeto encontra-se sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), tendo como executor o Idaterra (Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul).

Apesar de todo o investimento, apenas 30 dos 2.611 hectares está produzindo, cultivando entre outras culturas, milho verde, cenoura, banana-nanico e goiaba.

As culturas desenvolvidas para poderem produzir satisfatoriamente necessitam do sistema de irrigação funcionando perfeitamente, pois, caso falte água, toda a produção é comprometida.

Entretanto, desde novembro do ano passado o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul cessou o pagamento das contas de energia do sistema de irrigação, prejudicando a produção das culturas em andamento, trazendo perdas financeiras aos produtores.

A postura do Governo do Estado é contrária a parceria firmada, pois, os produtores ainda não são auto-suficientes para arcarem com as despesas do sistema de irrigação, que hoje os atrasados chegam a R\$ 85 mil.

Na tentativa de solução para o restabelecimento do sistema de irrigação e na busca de novos investimentos, os gestores da Gleba Santa Terezinha negociam a liberação de R\$ 855 mil deste Ministério.

Apesar da necessidade da liberação desses recursos, que visam garantir as mínimas condições de trabalho aos produtores, imperiosos se fazem os questionamentos proferidos, evitando assim, novamente jogar dinheiro público ao vento, deixando de cumprir a sua real finalidade.

A incompetência do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em gerir seus próprios recursos e os destinados pelo Governo Federal está comprovado, portanto, a consecução deste projeto para a liberação de mais R\$ 855 mil deve realmente estar em consonância com os anseios e necessidades da comunidade da Gleba Santa Terezinha, sob pena de frustrar todo projeto.

Para a Gleba Santa Terezinha tornar-se auto-suficiência na produção de frutas e hortaliças basta apenas um pouco mais de incentivo financeiro, mas, desde que estes investimentos tenham finalidade e viabilidade prática, provendo de forma definitiva os produtores das mínimas condições de trabalho e manejo.

De nossa parte, cumpre cobrarmos e buscarmos soluções definitivas e viáveis para que os produtores da Gleba Santa Terezinha possam, enfim, conquistar a auto-suficiência, suportando os ônus da produção agrícola, gerando emprego e renda ao Município de Itaporã.

Este é o fulcro do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de março de 2006.

Deputado Geraldo Resende – PPS/MS